



RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB OBJETIVIDADE DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Amirar Nobre Prata;
Mauricéia Ananias

Programa de Monitoria

CE - Centro de Educação Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

No Brasil, a política institucional e gestão da educação são possíveis de serem compreendidas se vivenciadas mediadas pela análise das leis que a regem. Quando nossa educação é somente vivenciada, sem nenhuma referência regimental, ela é mal compreendida. E quando se foca em examinar documentos legislativos, sem compará-los com a realidade, menos ainda se compreende a complexidade de nosso sistema educacional.

Assim, o serviço à educação pública, requer vivência atenta e aprofundamento teórico. Apresento neste trabalho duas ferramentas pedagógicas identificadas durante a monitoria: A ética docente e a pesquisa discente em escolas públicas. A primeira, integra a deontologia da pessoa profissional docente, mas requer uma escolha pessoal de aprimoramento. A experiência aqui observada foi a utilização de habilidades da própria Gestão da Educação: a autoavaliação seguida de ações para reparação de metodologias que não obtiveram sucesso. A segunda, foi o exercício dado às pessoas discentes de visitar escolas públicas e investigar nelas a execução de políticas educacionais.

A ética docente também educa pela objetividade da presença física, onde tudo que o alunado percebe, sente e escuta compõe o que é apreendido. Por isso é retratada aqui não só como obrigação profissional, mas como ferramenta pedagógica, podendo ser chamada de "convivência ética". Na metodologia e resultados será explanado como isso ocorreu na disciplina.

METODOLOGIA

Durante o primeiro semestre da Monitoria, houve o acompanhamento das aulas da professora Mauricéia Ananias, que no início da disciplina comunicou que a terceira nota seria resultado de um processo vivenciado durante meses. Neste processo, as pessoas discentes: a) Estudaram as políticas públicas em sala de aula, com a professora, entendendo o que é Conselho Escolar, Projeto Político Pedagógico, etc...; b) Elaboraram uma entrevista de em média 10 (dez) perguntas sobre estas políticas públicas, para ser executada com gestores ou docentes de uma escola pública à sua escolha; c) Enviaram a entrevista ao monitor, que em comunicação individualizada, indicou formas de aperfeiçoá-la d) Realizaram a entrevista na escola e) Produziram, com as informações coletadas na entrevista, um Relatório sobre uma política pública tratada em sala f) Enviaram esse relatório ao monitor, que os devolveu com correções e sugestões de aprimoramento e g) Apresentaram um seminário explanando toda a experiência vivida no processo.

No segundo semestre, a professora da disciplina foi a Virgínia de Oliveira Silva, que no início, tinha como metodologia passar sempre um objeto audiovisual e a leitura das leis de políticas educacionais como “dever de casa”, e depois debatê-las em sala de aula. Ela também realizou aulas no laboratório com computadores, onde indicou mais de uma dezena de sites públicos (ou não) que podem ser usados tanto para fiscalizar nossas políticas quanto para participar de cursos, analisar editais de concursos, entre outras habilidades necessárias ao exercício da profissão e da cidadania. Em Resultados, abordarei mudanças e continuidades dessa metodologia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos seminários que finalizaram o processo vivenciado, no primeiro semestre da monitoria, as pessoas compartilharam diferentes experiências: haviam escolas entrevistadas que não cumpriam a lei como devem, e também escolas que concretizam as leis e tem resultados positivos em seus objetivos, como o caso relatado por uma discente, que na instituição que visitou tinha uma criança que chegou com desnutrição, bem abaixo do peso ideal, e com a efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ela conseguiu alcançar o peso ideal.

Nesse processo percorrido pelo estudo das leis, passando pela investigação no ambiente escolar, até a troca de experiências, a turma pôde perceber que o Brasil tem leis e programas bem elaborados, que objetivam diminuir a desigualdade e garantir o acesso aos direitos básicos. Em comparação com outros países de alto desenvolvimento econômico, nossas políticas públicas são uma boa referência de direitos humanos, com leis que visam garantir a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança. Mas na prática, vivenciamos falhas de fiscalização e carência de efetividade do Poder Judiciário. As habilidades do curso de Política e Gestão da Educação se relacionam diretamente com a fiscalização das leis.

Voltando para a ética docente, vou relatar um ocorrido: A professora Virgínia, percebendo que o alunado estava vindo à classe sem fazer as leituras em casa, expôs uma decisão de mudança em sua metodologia, pois avaliou que esta não estava tendo sucesso em seus objetivos, sendo necessário então mudá-la para garantir o que objetivava. A partir daí, a primeira uma hora e meia em sala de aula se tornou um lugar silencioso dedicado à leitura reflexiva dos textos que compõem o componente. Depois, em dupla ou de forma individual, a turma apresentava pontos importantes identificados. A professora questionava alguns desses pontos, com o fim de aprimorar as perspectivas e observações da classe.

Essa ação de Virgínia está dentro da deontologia da docência, mas nem sempre é posta em prática. Nesta vivência foi possível perceber os resultados positivos da convivência ética em realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As habilidades que compõem o componente curricular Política e Gestão da Educação servem à garantia da cidadania de qualquer pessoa cidadã brasileira. Se qualquer pessoa de nossa população conhecer, e quando não, pesquisar as leis que regem determinado campo de nossa sociedade, interpretá-las com criticidade e quando preciso denunciar para os órgãos competentes, temos uma população inteira potencialmente fiscalizadora.

Ainda sobre a Ética, vale lembrar da insistência de Paulo Freire (1996, p. 26) em se colocar como ser que tem consciência do seu “inacabamento”, sendo esta consciência a determinação que o faz sempre ir além do que foi condicionado para si. Para nosso filósofo, ensinar exige essa consciência.

REFERÊNCIAS

AVELINO, N. Anarquistas: Ética e Antologias de Existência. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002.

BAPTISTA, Isabel. Ética, deontologia e avaliação do desempenho docente. 3. ed. Lisboa: Ministério da Educação, Conselho Científico para a Avaliação de Professores, jul. 2011. Cadernos do CCAP.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.